

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 145, DE 13 DE AGOSTO DE 2013.

“Cria o ‘Adicional de Serviços Funerários’ aos servidores municipais que desempenham atribuições de motorista de carro fúnebre e de encarregado da capela mortuária, e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica criado o ‘Adicional de Serviços Funerários’ aos servidores municipais que desempenham atribuições de motorista de carro fúnebre e de encarregado da capela mortuária.

§ 1º Será pago a título de adicional, ao servidor que exercer as atribuições definidas no *caput* deste artigo, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do seu padrão.

§ 2º O adicional será concedido pelo Prefeito Municipal aos servidores mediante portaria.

§ 3º A qualquer tempo, a juízo da Administração Municipal, a gratificação poderá ser cessada.

Art. 2º A presente Lei terá vigência até 30 de junho de 2015.

Art. 3º Revoga expressamente a Lei Municipal nº 3.920, de 19 de julho de 2013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 13 de agosto de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 145, de 13 de agosto de 2013, que “cria o ‘Adicional de Serviços Funerários’ aos servidores municipais que desempenham atribuições de motorista de carro fúnebre e de encarregado da capela mortuária, e dá outras providências”.

A presente proposta tem por objetivo conceder uma vantagem aos servidores que desempenham as atribuições atinentes aos serviços elencados no parágrafo anterior. Tal proposta deve-se pelo fato de que os servidores que exercem tais atividades ficam a disposição fora do horário normal de trabalho, inclusive nos finais de semana e feriados, para despenharem, sempre que requeridos, os serviços de remoção de corpos e atinentes a Capela Municipal.

Sabe-se que o desempenho de tal atividade é extremamente desgastante, visto tratar-se com situações de significativo cunho emocional, o que, certamente, gera desgaste aos profissionais que as desempenham.

Salienta-se que os servidores designados para o desempenho destas funções são os únicos credenciados junto ao IML para retirada dos corpos e remoção até a capela mortuária.

A revogação da Lei Municipal nº 3.920/13 deve-se pelo fato de que a mesma criou uma gratificação, porquanto o correto é um adicional.

Por fim, cabe informar que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deixa-se de apresentar a estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal